

Expectativas melhoram para o 2.º semestre

Barreiras estruturais ainda são entrave para a plena recuperação

ÂNGELA BITTENCOURT

O Brasil avança para o segundo semestre favorecido por uma reversão de expectativas. Isso não significa ausência de problemas no curto e médio prazos, mas ajuda – e muito – o projeto de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de, no segundo semestre, ter crescimento econômico.

Em menos de dois meses, o juro básico caiu 21,5 pontos percentuais. A taxa nominal antes projetada em 29% para o fim do ano já é estimada em 16%. O Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) apresentou variação média mensal de apenas 0,5% de janeiro a maio e a perspectiva é de que encerre 1999 em apenas 6%. A desvalorização do real chegou a ser reduzida a 37,6%, mas foi recomposta e volta a exibir variação superior a 44% no ano.

Dois indicadores macroeconômicos de particular efeito sobre as expectativas – desempenho da balança comercial e do Produto Interno Bruto (PIB) – tiveram reavaliações opostas e, para alguns analistas, compensatórias. O superávit comercial para o ano, calculado inicialmente em US\$ 8 bilhões por instituições de renome internacional, oscila agora entre US\$ 1 bilhão e US\$ 3 bilhões. Em contrapartida, o PIB, que poderia cair até 5,5%, deve apresentar variação zero ou, se tanto, queda de 1%.

Apesar das projeções em sua maioria francamente positivas para o País, quatro grandes questões devem nortear a arrancada para o segundo semestre: o efeito da desvalorização cambial sobre as exportações brasileiras, já que, de janeiro a maio, ele não foi suficientemente positivo; a perspectiva de manutenção do atual nível de inflação, considerando a agenda de reajustes de tarifas e eventuais repasses de aumento de custos aos preços dos produtos; o apelo do ajuste fiscal que tem as principais medidas contestadas na Justiça; e as consequências da eventual desaceleração da economia norte-americana, caso seja confirmada a expectativa aumento dos juros de curto prazo pelo Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos.

FMI – O mercado não tem respostas conclusivas para essas questões, tampouco tem dúvida de que elas serão pertinentes na revisão de metas para o terceiro e quarto trimestres do ano, a ser promovida entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que terá uma missão técnica

BONS VENTOS

Alguns indicadores que mostram a reversão de expectativas ruins

Custo do dinheiro



Em menos de dois meses, o juro básico caiu 21,5 pontos percentuais. A taxa nominal projetada em 29% para o fim do ano já é estimada em 16%.

Câmbio



A desvalorização do real chegou a ser reduzida a 37,6%, mas foi recomposta e volta a exibir variação superior a 44% no ano.

Inflação



O IPC-Fipe apresentou variação média mensal de apenas 0,5% de janeiro a maio e a perspectiva é de que encerre 1999 em apenas 6%.

Balança comercial



O superávit comercial para o ano, calculado inicialmente em US\$ 8 bilhões por instituições de renome internacional, oscila agora entre US\$ 1 bilhão e US\$ 3 bilhões.

PIB



Em contrapartida, o Produto Interno Bruto (PIB), que poderia cair até 5,5%, deve apresentar variação zero ou, se tanto, queda de 1%.

- O efeito da desvalorização cambial sobre as exportações brasileiras, já que, de janeiro a maio, ele não foi suficientemente positivo.

- A perspectiva de manutenção do atual nível de inflação, considerando a agenda de reajustes de tarifas e eventuais repasses de aumento de custos aos preços finais dos produtos.

- O apelo do ajuste fiscal, que tem as principais medidas contestadas na Justiça.

- As consequências da eventual desaceleração da economia norte-americana, caso confirmada a expectativa crescente de aumento dos juros de curto prazo pelo Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos.

Arfêziado

ca chegando ao País amanhã.

José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e hoje na MCM Consultores Associados, está convencido de que o segundo semestre

será melhor que o primeiro. “Já podemos imaginar crescimento nulo, o que é ótimo para quem esperava queda do PIB de 3,5% neste ano”, comenta.

O comportamento dos preços, com o IPC-Fipe e o IGP-M confirmando deflação em maio, também é destacado por Senna, que reforça a necessidade de o Banco Central avançar na redução das taxas de juros, uma vez que a inflação, daqui para a frente, é projetada em 5% ao ano diante do juro de 23,5%, mas poderá chegar a 16% no fim do ano em termos nominais.

Na opinião do economista, apesar do resultado, a inflação brasileira não é um dado a comemorar. “A deflação que observamos no Brasil hoje traduz um quadro triste, porque o principal fator de contenção dos preços é o desemprego; engana-se quem pensa que a inflação está bem-comportada porque o brasileiro aprendeu a comprar; os preços recuam porque não há quem compre; o desemprego é o propulsor dessa queda e é necessário reconhecer que desemprego não é objetivo de política econômica”, afirma.

Metas inflacionárias – Conjugando o regime de câmbio livre com a política monetária orientada por metas de inflação, o Banco Central terá condições, no entender de Senna, de “despoluir sistemas de transmissão monetária”. Isso significa dizer que, ao perseguir determinadas metas de inflação, a política monetária poderá ter sua regulamentação simplificada. “Estamos prestes a assistir a essa mudança com os compulsórios bancários, por exemplo, que é determinante para flexibilizar o crédito; mais uma vez é necessário dizer que essa flexibilização tende a ocorrer porque o desemprego permite e porque o desemprego torna a flexibilização necessária para que a economia avance.”

O ex-presidente do Banco Central lembra que o principal instrumento usado no passado com objetivo de defender a paridade cambial e manter as reservas internacionais em determinados níveis era a política monetária – voltada basicamente a restrições creditícias e ao balizamento dos juros.

“Esse instrumento ajudou a dar volatilidade muito grande ao índice de emprego e determinou a queda da atividade econômica – praticamente nula no ano passado; mas, com a mudança do regime cambial, a preocupação com a defesa da taxa de câmbio desapareceu, abrindo espaço para um corte efetivo do juro”, explica.

A redução do juro que já se observa mostra-se adequada, segundo José Júlio Senna, porque a liberação do câmbio ocorreu num momento de elevado desemprego e capacidade ociosa no Brasil. Em sua opinião, essa conjunção de fatores não pode ser desprezada quando se analisam as revisões de expectativas dos grandes indicadores macroeconômicos do País.